

MST, LUTA DE CLASSES E IDENTIDADE NACIONAL NA QUESTÃO AGRÁRIA

MST, CLASS STRUGGLE AND NATIONAL IDENTITY ON THE AGRICULTURAL QUESTION

Tiago Tavares e Silva (UFRN)¹
<http://orcid.org/0000-0003-0641-5189>

O proletariado de cada nação tem que derrotar, antes de tudo, sua própria burguesia.

Karl Marx

RESUMO

O presente trabalho tem como maior objetivo analisar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e sua relação com a reforma agrária a partir da ideia de nação. Na década de sua emergência, anos 1980, o nacionalismo brasileiro estava profundamente atrelado aos anseios por democracia e esta se constituiu em uma espécie de linguagem política do período que abarcava não apenas o MST mas também setores conservadores da política brasileira. O MST desenvolve, então, uma forma de perceber sua função social diferentemente dos movimentos que o antecederam, como as Ligas Camponesas, incorporando o elemento da nação como capital político para fortalecer sua práxis.

Palavras-chave: MST; nacionalismo; reforma agrária; democracia.

ABSTRACT

This work has as objective to analyze the social movement called Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra and their relation to land reform from the idea of nation. In the decade of its emergence, 1980, Brazilian nationalism was deeply tied to aspirations for democracy and this consisted of a kind of political language of the period that included not only the MST, but also conservative sectors of Brazilian politics. The MST then develop a way to realize their different social function of the movements that preceded it as the Ligas Camponesas, incorporating the element of the nation as political capital to strengthen their praxis.

Keywords: MST; nationalism; agrarian reform; democracy.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra eclode na década de 1980 como o maior representante das lutas sociais por terra no Brasil. Mais que isso, pois antes dele não existia uma questão agrária como problema nacional tal como a entendemos contemporaneamente, isto é, com certa unidade em torno do território nacional e de um movimento social por terra. Os conflitos de terra eram vistos como locais e pensados também de modo local. O MST se percebe como continuador de uma luta secular, anterior à sua fundação, o que gera uma identidade que dá sentido a suas reivindicações, ligando o movimento aos quilombos e sociedades indígenas. O pensamento conservador corrobora essa percepção em certo sentido, atrelando o movimento a um dos entraves para o crescimento nacional. Começa a surgir em torno do MST duas distintas concepções de *nação*, ligadas, respectivamente, a diferentes *classes sociais*. Uma análise sobre o caráter *nacional* do MST a partir das diferentes visões de classe é o objeto deste artigo.

Não entraremos no mérito do desgastado debate sobre realidade/discurso. Não é também uma questão de procurar uma ruptura, ou argumentar favoravelmente sobre uma possível continuidade. Por nossa opção pela dialética, percebemos o MST como uma *superação* das Ligas Camponesas e dos demais movimentos agrários. O ponto central é a formação de identidades do MST ligada à questão agrária como um problema nacional relativa a diferentes classes sociais, ou seja, o objeto de estudo deste texto propriamente dito. Para isso, contamos com a análise do discurso midiático conservador que vê o Movimento como “um problema nacional”, representado pela Revista *Veja*; e do discurso do próprio MST, que se enxerga “herdeiro de uma tradição *nacional* de lutas”, tomando por base a publicação anual *Conflitos no Campo Brasil 98*, além de textos do *site*, gráficos explicativos, bandeiras e hinos desse movimento. As manifestações serão entendidas em relação aos interesses e posicionamentos político-econômicos das classes sociais no sentido desenvolvido por Karl Marx.

Mas, antes de prosseguirmos, faz-se necessária uma reflexão justamente sobre o que constitui uma *nação* e o que alimenta o *nacionalismo*; mais precisamente: *o que é uma nação? O que é o nacionalismo?* Essas questões foram pensadas, nesses termos, e com considerável intensidade, apenas recentemente, há cerca de quarenta anos. Isso é muito pouco quando levamos em conta que o pensamento corriqueiro sobre a origem do tema, mais propriamente a origem da *nação*, perde-se em um tempo remoto, milenar. Essa análise reflexiva tardia permanece mesmo quando consideramos, com grande parte da produção teórico-acadêmica, a origem bem mais recente da questão da formação da ideia de *nação*, fins do século XIX², ou seja, apenas depois de um século da formação da *nação* no sentido contemporâneo é que houve uma reflexão teórico-científica sobre o tema.

A constituição da *nação* ocorre depois da consolidação do Estado moderno, ao contrário do que se costuma imaginar. O Estado cria a *nação*, assim como cria a língua,

² Eric Hobsbawm (1990) aponta, como outros autores, o ano simbólico de 1884, quando, pela primeira vez, o Dicionário da Real Academia Espanhola usa a terminologia contemporânea de Estado, *nação* e língua e a igualmente contemporânea relação entre eles. Dentro da variação de significados anteriores, havia em comum que nenhum considerava uma unidade relativamente homogênea de grupo tão grande quanto a que cobre extensões de terras hoje identificadas com os países ou mesmo equivalentes a eles.

e não o oposto, como afirma Eric Hobsbawm, mesmo que haja particularidades diversas em cada caso. Entre essas dificuldades tem-se o fato de a literatura liberal tomar como óbvia a ideia de nação e, por isso, não procurar explicá-la, e o alto grau de analfabetismo que ainda predominava no tempo de concepção da nação. Nesse ponto, não é necessário mais detalhamentos.

Importa pensarmos: como grandes contingentes populacionais se sentem pertencidos a uma unidade, ainda que com pessoas que nunca viu e certamente não verá no decorrer da vida? Como essa unidade, dentro de determinado momento histórico e suas particularidades, produz certo capital político ou, em outros termos, uma motivação política? Para a primeira questão, Benedict Anderson usou o termo “comunidade imaginada” na direção de quebrar o maniqueísmo comunidade real x comunidade inventada; assim, *toda* comunidade com um número de pessoas suficientemente grande para que nem todos possam se conhecer concebe “a imagem viva da comunhão entre eles” (ANDERSON, 2010, p. 32). É justamente a forma peculiar de se imaginar de cada sociedade, segundo Anderson, o que as diferenciam.

Para a segunda questão, que parece conter parte da resposta da primeira, tomemos um trecho de Eric Hobsbawm que pode esclarecê-la em um tom pragmático: “os Estados e os movimentos nacionais podem mobilizar certas variantes do sentimento de vínculo coletivo já existente e pode operar potencialmente, dessa forma, na escala macropolítica que se ajustaria às nações e aos Estados modernos” (HOBSBAWM, 1990, p. 63). Essa ideia parece elucidar um pouco o ponto o porquê de uma comunidade se imaginar *desta* forma e não *daquela* ao conceber suas relações nacionais em substituição de outras (presenciais) erradicadas pelo passar do tempo, como pensou Hobsbawm. A nação deve ser percebida a partir de relações concretas materiais e nessas relações de classes sociais se desenvolvem e tecem seus sentidos; ou seja, a república (como a nação), por exemplo, não é apenas uma república, mas escamoteia uma ligação com uma classe: “a *república burguesa* representava o despotismo irrestrito de uma classe sobre as outras classes” (MARX, 2011, p. 36, grifo do autor).

Essa relação – Estado moderno, povo e sentimento de pertencimento à nação – foi nomeada por Hobsbawm como “protonacional” e tipificada em duas pelo mesmo autor em laços supralocais, que são as que vão além dos espaços concretos habitados na vida (como a devoção a um lugar sagrado além da vida); e os laços de grupos ligados de forma mais direta e institucional a um Estado-nação, com grande possibilidade de ter popularidade e esta se estender consideravelmente. Nesse caso, ainda não estamos falando da afinidade nação-território, surgida tempos depois.

A conexão entre nação e território e o sentimento de pertencimento a ambos, o nacionalismo, surge com o Estado nacional no século XIX e tem na língua e etnia elementos agregadores desse sentimento, embora não causadores deste nem mesmo suas estruturas essenciais. Isso porque

Onde não existem outras línguas no mesmo espaço, o idioma próprio de cada um não é tanto um critério de grupo como algo que todas as pessoas possuem, igual às pernas. Onde muitas

línguas coexistem, o multilinguismo pode ser tão normal que constitui, de modo bastante arbitrário, uma identificação exclusiva com qualquer idioma. [...]. As populações dos grandes Estados-nações territoriais são quase invariavelmente muito heterogêneas para reivindicar uma etnicidade comum [...] (HOBSBAWM, 1990, p. 63).

Sendo assim – e considerando o MST um movimento nacionalista ou (para não confundirmos com outros tipos de movimento assim identificados, como os separatistas) de *caráter nacional* – quais seriam seus fatores agregadores? O que faz do movimento uma comunidade imaginada (para repetir o questionamento de Hobsbawm a partir do termo de Anderson, dois grandes clássicos sobre o tema)? A resposta constitui o objetivo maior deste artigo. Por ora, indicamos a *associação entre classe social, campesinato e naturalidade voltados para o valor de democracia e a reforma agrária*.

É de longa tradição na história do Brasil a ocupação de terra. Esse fator de uso da terra, de fixação nela e do decorrente sustento familiar, por si só, nunca alteraram o sentido de propriedade da terra, pois a Lei nº 601, promulgada por Dom Pedro II em 1850, conhecida como *Primeira Lei de Terras*, apesar de regulamentar a propriedade pelo uso, cobrava altas taxas de quem fosse oficializar a posse de suas terras, o que terminou por desfavorecer os agricultores pobres. “Em razão de a Lei de Terras ser tão discriminatória, surgiram, no final do século passado, os primeiros grandes movimentos camponeses [...]” (STÉDILE, 1997, p. 11). Esses movimentos camponeses citados por Stédile eram os regionais, e, por isso, não pensavam transformações para o Brasil como Estado-nação.

Com a Constituinte de 1946 e a proposta de Luís Carlos Prestes de que todas as terras mal utilizadas deveriam ser desapropriadas pelo Estado e distribuídas entre camponeses pobres, desenvolveu-se o conceito do *uso social da terra*. A terra era pensada, a partir dessa ideia, como um bem social, com a função de gerar alimentos e sustento de famílias, e no latifúndio improdutivo seu oposto. Essa proposta, apesar de ter aberto certos precedentes, como o que “o governo poderia desapropriar terras, se isso fosse de interesse social” (STÉDILE, 1997, p. 12), não foi aprovada, o que indica não só o caráter conservador do Parlamento no período mas também a fraqueza da pressão política e social na direção contrária no que diz respeito especificamente à reforma agrária.

Até então, década de 1960, a reforma agrária era um dos pontos dos partidos de esquerda e eram esses mesmos partidos que organizavam localmente os diversos movimentos. A União de Lavradores e Trabalhadores do Brasil (Ultab) era coordenada pelo Partido Comunista Brasileiro; o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) era dirigido pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O mesmo ocorreu, pouco depois, com as pastorais da Igreja Católica que criaram e coordenaram as Frentes Agrárias Católicas: Frente Agrária Gaúcha (FAG); Serviço Pastoral de Pernambuco (Sorpe); e Serviço de Apoio no Rio Grande do Norte (Sarn). Como se pode observar, todos eles fazem referência ao estado de atuação: Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rio Grande do Norte, respectivamente. A questão agrária, se não é mais local, ainda é estadual.

As Ligas Camponesas começaram com reivindicações locais no Estado de Pernambuco decorrentes do crescente processo de exclusão sofrido pelos trabalhadores

rurais causado pelo desenvolvimento do capitalismo no campo, mais concreta e especificamente a expulsão gradativa de foreiros. Seu primeiro indício se dá no Engenho Galiléia, município de Vitória do Santo Antão, a aproximadamente 60 km de Recife, em meados dos anos 1950.

José Hortêncio, não podendo pagar, [...] é ameaçado de expulsão pelo dono da terra. Procura José dos Prazeres, antigo membro do Partido Comunista, agora dedicado a contactar camponeses em litígio com os proprietários. Estes, percebendo que não se trata de um caso isolado, mas que a situação é vivenciada por inúmeros foreiros do engenho, propõe-lhe a formação de uma sociedade, com o fim de adquirir um engenho, para que todos se livrem do pagamento da renda e da ameaça de expulsão. Era maio de 1954 (BASTOS, 1984, p. 18-19).

A partir desse evento, o número de foreiros e o grau de organização do incipiente movimento cresceram, notadamente após procurarem o deputado Francisco Julião que, além da defesa jurídica, intercede pelo grupo na Assembleia Legislativa. As defesas dos camponeses feitas por Francisco Julião e sua perseguição pela Polícia Federal comprovam que, mesmo no campo da legalidade, os interesses dos latifundiários estavam acobertados pelo Estado brasileiro. Esses foreiros defendidos pelo deputado passaram a ser conhecidos por “galileus” e a imprensa nomeia o grupo deles de “Liga Camponesa”, relembrando o nome de antigas ligas camponesas organizadas pelo PC no mesmo estado.

Nesse momento, o movimento tem como objetivo a terra para produção e comercialização, sem grandes questionamentos sobre fatores estruturantes da produção agrícola ou intenção de se articular e se expandir como movimento social. Não havia uma ideologia de movimento social, mas, sim, individualista, que escamoteava as relações de dominação no campo e deixava o trabalho como algo isolado, uma realidade e necessidade de cada um, principalmente por certas características que o trabalhador rural, quando dono de sua terra, tem em seu ofício, como o não cumprimento de horários ou a possibilidade de ser demitido. Identificamos, assim, no relato de um camponês do Galileu sobre o trabalho: “O bom é trabalhar quando se quer, não ter patrão, e se a gente perde o sítio fica cativo, e deixa de ser dono de si” (BASTOS, 1984, p. 39). Não há, portanto, as noções de classe e qualquer organização, mesmo regional, nesse primeiro período das Ligas Camponesas. Ou, nos termos de Marx, as Ligas não constituíam uma *classe para si*, mas *classe em si*.

Nos anos seguintes, ocorre uma nova fase, quando as Ligas passam à categoria de organização regional, e, segundo os critérios de Elide Bastos, aparelhada pelo PC. Sucede, de forma geral, uma preocupação com a questão agrária no Nordeste. Exemplo disso é um congresso ocorrido em Recife sobre a questão agrária que teve como resultado o documento *Carta de Salvação do Nordeste*. Mesmo sendo um encontro nacional, o foco é uma região. A própria composição política que fortalecia o movimento em âmbito regional era inviável no nacional³.

³ A aliança política se constitui com membros do PTB, PCB, UDN, PSB e PSP a partir de uma lógica desenvolvimentista dos anos 1950, objetivando à modernização do campo no Nordeste. Cid Sampaio, governador de Pernambuco pela UDN, possuía aliança com membros da esquerda que era impossível de ser feita nacionalmente, como observa Elide Bastos.

Ainda seguindo a divisão de Bastos, há uma expansão nacional. Para a autora, essa expansão ocorre paralelamente à adoção da ideia de reforma agrária, e não mais exclusivamente pela conquista de direitos. Com isso, surge uma definição mais clara na ideologia e, conseqüentemente, nas estratégias de ação coletiva. Em resposta, setores conservadores reprimem o movimento de diversas formas: armando funcionários no campo e promovendo assassinatos dos membros das Ligas; controlando institucionalmente as lutas mais radicais por terra com projetos comedidos de reforma agrária; considerando a questão como simples extensão de direitos trabalhistas ao campo etc.

No entanto, essa *fase nacional* possui limites significativos não considerados por Bastos. Primeiro, como indica o próprio nome, as Ligas Camponesas, não por acaso no plural, ainda formam um aglomerado de pequenos movimentos, mesmo que com um objetivo comum. Segundo, na direção política das Ligas, não havia consenso em como proceder para fazer a reforma agrária. Uma ala, dirigida pelo PCB/UltaB, considerava a reforma agrária parte de um programa maior ou um estágio de desenvolvimento de uma transformação social maior; outras lideranças, atreladas mais diretamente às “ligas”, defendem que a reforma agrária traria necessariamente uma grande e estrutural mudança na sociedade. Não havia, nesse sentido, uma independência organizativa das Ligas, como podemos perceber em um documento do Exército do Brasil ao afirmar que “as Ligas Camponesas são organizações auxiliares do Partido Comunista” (EXÉRCITO BRASILEIRO, 1964). Terceiro, não havia uma identidade nacional traduzida em símbolos de unidade, como uma bandeira.

No Período do Regime Militar, especialmente entre os anos de 1967 e 1973, a questão agrária foi reprimida e houve um enfraquecimento das Ligas Camponesas. No período citado, apesar da desvalorização do governo na questão agrária, seu posicionamento foi de valorização da questão agrícola⁴. Paralelamente à repressão política, havia um entusiasmo de grande parcela da população com a ditadura e uma hegemonia ideológica em torno do ufanismo promovido pelos militares. Era forte a crença no futuro do país e que esse futuro já estava, em parte, no presente com certos avanços na economia, na urbanização, no esporte, por exemplo.

Nesse período, que ficou conhecido como o do “milagre brasileiro”, pouco se falou da questão agrária. Em parte porque a repressão política não deixava falar de quase nada. Mas em parte também porque muitos achavam que a questão agrária tinha sido resolvida com o aumento da produção agrícola ocorrido no período do milagre (SILVA, 1982, p. 8).

Com a emergência do MST nos anos 1980 a questão ganha novos contornos. A própria ideia de propriedade da terra vem associada à de ocupação e o uso social, atrelado à noção

⁴ Há uma diferenciação entre os termos “questão agrícola” e “questão agrária”. O primeiro se refere à própria produção: seus meios tecnológicos, quantidade e qualidade. O segundo diz respeito às relações de produção: trabalhadores, latifundiários, Estado etc. Autores como José Graziano da Silva e Ignácio Rangel destacam essa diferenciação.

de democracia, se firma enquanto parte do conceito dessa propriedade, conforme podemos ver na Constituição Federal de 1988:

Art. 191. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

Considerando o exposto, se o conceito de propriedade pode indicar, reforçado por grande bibliografia⁵, que a ocupação da terra tem raízes anteriores ao MST, isso se dá de forma não unificada, ainda que recorrente. Como vimos, havia vários movimentos regionais como o Master e as Ligas Camponesas ou ocupações feitas por grupos não institucionalizados. Eram ocupações frequentes, mas não unificadas, postas como um problema nacional, da extensão nacional ou, ainda, de um país que não distribuiu equitativamente sua terra para seu povo. É nesse ponto que entra em cena o MST.

A maior unidade em torno da reforma agrária se deve a vários fatores. Os movimentos em questão, anteriores ao MST, além de regionais, como já visto, eram essencialmente sindicais e corporativistas, não raro, individualistas. Para esses movimentos, a conquista da terra de seus membros encerrava o processo de luta. No caso do MST, o sindicalismo (reivindicações diversas após o assentamento, tais como crédito para produção) é uma parte do movimento. Na verdade, nem a conquista da terra nem o atendimento das reivindicações pós-assentamento representam a etapa final. Essa não é uma reivindicação corporativista ou sindical e sim *classista*: “O MST só conseguiu sobreviver porque conseguiu casar os interesses particulares, corporativos, com interesses de classe” (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 35).

Como representação de classe, o movimento sai da seara regional, deixa de incomodar apenas o latifundiário alvo de ocupação e passa a ser um ator nacional, que coloca em xeque estruturas culturais, econômicas e sociais do capitalismo. Por isso, é rechaçado como ameaça ao desenvolvimento da nação por diversos setores da direita brasileira. O MST constitui o primeiro grande projeto político de transformação nacional a partir da reforma agrária.

Inicialmente, temos uma sigla sem referência a um estado, a uma região: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ainda que não tenha “nacional” ou “brasileiro”, a não regionalização acabou por tomar esse efeito potencializado pela exposição na mídia nacional. Em seguida, veio o desenvolvimento de seus símbolos e mística, como a bandeira e o hino. Por fim, há o fato de ter surgido ligado a uma Igreja de grande força nacional, como veremos mais adiante.

⁵ João Pedro Stedile, Bernardo Mançano Fernandes, Ademar Bogo, João Graziano da Silva, entre outros.

O MST DE DENTRO E FORA: AS REVISTAS *VEJA* E *CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 98*

O MST sempre teve destaque na grande imprensa e isso já é um considerável indício de sua força política. Como disse Bruno Konder (2001, p. 4), “a presença do MST nos editoriais dos jornais mais importantes do país já constitui uma prova bastante conclusiva da sua relevância como ator político na cena nacional”. A Revista *Veja*, diante do crescimento do MST como organização social, não ficou indiferente. Essa revista será analisada como veículo de informação de direita, tais quais outros de grande circulação nacional. Sua seleção foi feita por, basicamente, dois critérios: é a revista com maior circulação nacional; possui um caráter ideológico bastante claro, agressivo até, embora procure escamoteá-lo a partir do discurso de “imparcialidade”. Além de pequenos artigos e notícias, fez matérias de capa, das quais analisaremos duas, a edição 1.648, ano 33, de 10 de julho de 2000, e a edição 1.549, ano 31, de 3 de julho de 1998.

Sobre a “imparcialidade”, consideraremos a análise do discurso, notadamente pela contribuição teórica de Mikhail Bakhtin. Para o autor, a língua, apesar da chamada superestrutura, não é um simples reflexo desta, mas um composto de múltiplos significados que reflete os conflitos sociais e por estes é refletido dialeticamente. Os sentidos da fala não são fixos, estão em constante movimento, tal como a própria sociedade e sua correlação de forças. Nas palavras de Karel Kosik (2010, p. 30): “Da minha audição e da minha vista participam, portanto, de algum modo, todo o meu saber e a minha cultura, todas as minhas experiências [...]”. Nos enunciados, quando emitidos ou recebidos, estão as classes e seus conflitos.

Esse enunciado, por ser social, também é ideológico, ou seja, mesmo quando é mais individual também tem relação processual com posicionamentos de classes sociais ou grupos no interior dessas classes (por eles e/ou para eles). Nesse sentido, a imparcialidade não se sustenta; ela se mostra, contrariamente, um discurso frágil, mormente utilizado para encobrir os posicionamentos políticos e dar a eles mais legitimidade. É o caso de, muitas vezes, a grande mídia, ao noticiar o MST, usar a expressão pejorativa “invasão” no lugar de “ocupação”, evidenciando que o discurso midiático “imparcial” encobre preconceitos e interesses de classe. Invadir significa entrar sem autorização em local que não lhe é permitido, que não é seu; ocupar é entrar e tomar para si algo que é seu, no caso do MST, assegurado e regularizado pela própria Constituição Federal de 1988 nos Artigos 184 até 191. Assim, segundo Bakhtin, o enunciado do indivíduo

[...] não existe fora de um contexto social, já que cada locutor tem um “horizonte social”. [...] O locutor pensa e se exprime para um auditório social bem definido. [...] O signo e a situação social estão indissolúvelmente ligados [por isso] a palavra é o signo ideológico por excelência (BAKHTIN, 1999, p. 16).

Essa ideia de parcialidade/imparcialidade foi observada por Hegel. Para ele, ao produzir a análise de determinado objeto, quem o faz parte de uma concepção desse mesmo objeto, que necessariamente entra em um processo de inclusão e exclusão de fatos e percepções⁶. A esse respeito, Hegel afirma ainda que:

Deve-se admitir como legítima a exigência de que uma história – seja qual for seu objetivo – narre os fatos sem parcialidade, sem que por meio dela prevaleça um interesse ou fim particular. Mas com o lugar comum de semelhante exigência, porém, não se vai muito longe. *De fato, a história de um objeto está intimamente conexa com a concepção de que dele se faz.* Segundo tal concepção, determina-se já o que se considera importante e conveniente para o fim, e a relação entre o acontecido e o mesmo fim suscita uma seleção dos fatos que se devem narrar, uma maneira de os compreender, pontos de vista sob os quais se englobam (HEGEL, 2005, p. 12, grifo nosso).

Corroborando o filósofo e ainda embasados em Bakhtin, analisaremos os discursos de transformação social do Brasil do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da Revista *Veja* sobre o Movimento, relacionando-os com determinado aspecto ideológico, progressista e conservador, respectivamente. Os diferentes termos usados, alguns dados ditos ou omitidos, as formas como se dispõem dados em gráficos ou como pensam o Brasil serão levados em consideração no modo como utilizaremos o método. Nesse sentido, é possível afirmar que “o discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa respostas e objeções potenciais, procura apoio etc.” (BAKHTIN, 1999, p. 123).

A edição de 2000 da Revista *Veja* traz na capa a bandeira do Movimento com a seguinte chamada: “A TÁTICA DA BADERNA: O MST usa o pretexto da reforma agrária para pregar a revolução socialista”. Como já vimos, o socialismo não é algo que é negado pelo MST, pois está em seu programa. A reforma agrária é um caminho para o socialismo, mas ela também é, por si só, considerada necessária. Dentro da revista, na matéria de capa, o título é “Sem Terra e Sem Lei”. O texto inicia admitindo a desigualdade social no país e a grande concentração fundiária: “A má distribuição de terras no Brasil tem condições históricas, e a luta pela reforma agrária envolve aspectos políticos e sociais [...] Montar uma nova estrutura fundiária que seja socialmente justa e economicamente viável é dos maiores desafios do Brasil” (VEJA, 2000, p. 42). A revista utiliza o tempo na grande escala ao citar as “razões históricas”, o que minimiza a omissão do Governo Fernando Henrique Cardoso com a reforma agrária, mesmo este já estando seis anos à frente do executivo federal na data de publicação da edição.

Em contrapartida, inicia a justificativa de uma possível inviabilidade da reforma agrária:

A reforma agrária saiu da agenda dos países desenvolvidos há mais de vinte anos. Ou já tinha sido feita, ou não fazia mais sentido como fator de desenvolvimento. Até a década de 60,

⁶ Hegel não critica a noção contemporânea e conservadora de imparcialidade da qual trata Bakhtin. Seu objetivo último é que, para escrever a história da filosofia, necessariamente se exclui algo dentro do “material infinito e dos múltiplos aspectos da formação espiritual dos povos” (HEGEL, 2005, p. 14). Nesse processo, assim como em qualquer narrativa, no sentido mais amplo do termo, partimos de noções prévias para selecionar fatos e como os tratar.

distribuir terras garantia um aumento na produção agrícola dos países. Depois, com o aumento da produtividade, garantiu-se o abastecimento não pela repartição da terra, e sim pelo uso da tecnologia (VEJA, 2000, p. 43).

O desenvolvimento tecnológico do meio agrícola não significou desenvolvimento social, mas, ao contrário, desemprego estrutural, uso de agrotóxicos, maior concentração de renda e maior produção de alimentos transgênicos. O discurso de que a reforma agrária é uma agenda do passado e que não é mais viável hoje, paradoxalmente, mascara a defesa da estrutura conservadora de um país ainda latifundiário. O discurso que se mostra progressivo e atento ao desenvolvimento tecnológico, na verdade, fortalece uma ideologia conservadora, de direita.

Esse discurso visa a enfraquecer o MST, incentivando todas as medidas do governo nesse sentido. Uma delas é a descentralização e fragmentação da reforma agrária, justamente o caminho contrário construído pelo movimento. Na mesma matéria, a revista cita Fernando Henrique Cardoso:

“O Brasil cansou da falta de respeito à liberdade, da transformação da liberdade de uns no constrangimento de outros. O Brasil e o presidente não vão mais admitir que funcionários públicos sejam reféns de gente que faz baderna em nome de uma causa que em si é justa” disse o presidente. [...] O governo demorou muito tempo para resolver que as invasões promovidas pelos sem-terra em prédios públicos, algumas com quebradeira, exigiam reação severa das autoridades (VEJA, 2000, p. 46).

Novamente, é o “Brasil” que ganha voz pela revista e pelo presidente ao negar o MST, no caso, justamente com um projeto de diminuir seu caráter nacional. Desse modo, a *Veja* reforça as atitudes contrárias ao Movimento, inclusive sugerindo que são tardias, que “o governo demorou muito”. O valor abstrato da liberdade, valor máximo do neoliberalismo, é reforçado por Fernando Henrique Cardoso e a *Veja*, colocado em oposição ao MST. De um lado, está um Brasil democrático e moderno, que valoriza a liberdade; e, do outro, um Brasil atrasado que apela para formas autoritárias no seu fazer político. Embora maniqueísta, a revista critica essa atitude colocando-a como prática do MST: “Cria-se assim um mundo em que o MST desempenha o papel do Bem, num cenário maniqueísta em que o governo FHC é o mal” (VEJA, 2000, p. 48). Esses valores e as formas como são expostos cumprem uma *função política* que sempre acompanhou o desenvolvimento da burguesia, como observou Karl Marx.

A outra edição tem como tema o MST em um enfoque mais político e ideológico, com destaque para a liderança de João Pedro Stédile. Percebemos, no entanto, o mesmo ataque ao movimento: “Pois não é que uma bandeira tão arcaica, uma massa de pés descalços e uma estrutura tão antiquada agitam o Brasil de norte a sul?” (VEJA, 1998, p. 42). Ainda na primeira página da matéria, mencionam-se supostos “saques em Pernambuco”, “invasão à delegacia de polícia na Bahia” e “ocupação de agência bancária no Paraná” (VEJA, 1998, p. 42).

A tônica permanece: crítica feroz ao Movimento. Cabe, ainda, observar que a crítica vem sempre imbricada do aspecto nacional, ora exposto como “Brasil de norte a sul”, ora com uma sequência de fatos associados a estados distantes, espalhados pelo território nacional: Bahia, Pernambuco, Paraná. O MST constitui, para a direita, uma ameaça à nação; espalha-se, tal qual um vírus, e provoca inúmeros “sintomas”: instabilidade política, saques, ocupações etc.

Segundo a revista, a reforma agrária “é uma bandeira do século passado, fora de moda”, embora admita, paradoxalmente, que o nosso país é o “Brasil dos latifúndios”. Esse é apenas um exemplo de como se distorcem informações, afirma-se peremptoriamente que as lutas sociais são assuntos encerrados, do passado, mesmo que seus problemas estejam presentes no Brasil contemporâneo.

Mais especificamente sobre quem forma o MST, o texto afirma que “há de tudo: desempregados, analfabetos, agricultores arruinados, comerciantes sem eira nem beira, gente que foi bóia-fria ou veio de favelas nas grandes cidades” (VEJA, 1998, p. 42). Após essa classificação que reifica os militantes do movimento, pois são identificados com o pronome “tudo”, segue afirmando que a própria esquerda sempre julgou “impossível organizar e conduzir”, sem, claro, evidenciar de onde retirou essa informação ou como, a partir de deduções, chegou a essa assertiva. Ainda sobre as pessoas que formam o MST, cita Karl Marx, ao chamar esses indivíduos de *lumpen*, “o lixo de todas as classes”. Ora, para Marx, o *lumpen* não indica o grau de pobreza do indivíduo, mas o grau de desorganização perante a classe e o exercício de atividades marginais para sobreviver⁷; logo, se as pessoas do MST se organizam como movimento social que reivindica terra e a transformação social e são agricultores, podem ser qualquer coisa, exceto *lumpen*.

No texto do MST, *A reforma agrária necessária*, citado na mesma revista, logo em seu início afirma que “Essa proposta de reforma agrária se insere como parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira de construir uma nova sociedade: igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável”. A referência ao Brasil ou à condição de brasilidade é permanente em todo texto. Segundo a Revista *Veja*, trata-se de uma forma “arcaica” de enxergar o país. Contrariamente, o texto diz respeito, entre outras coisas, ao combate à escravidão, que, mesmo depois de tantas tentativas de criação de uma lei proibitiva mais severa, permanece existindo graças à força da bancada ruralista na câmara. Outro exemplo do Movimento que sintetiza bem a lógica do pensamento nacional, ainda na mesma revista, está na seguinte frase, se referindo à concentração de terra: “Esta estrutura, mantida a ferro e fogo, mostra a total incapacidade das elites brasileiras de pensar o Brasil para os brasileiros” (CHEMELLO, 1999, p. 5, grifo nosso).

As diferentes constituições correspondem a diferentes classes sociais. A Revista *Veja* representa uma classe, a burguesia, mas se apresenta como representante da nação inteira. Tal fator de tentativa de representatividade de classe ampliada a uma totalidade como nação ou povo já foi percebido por Marx em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*:

⁷ Para mais detalhes sobre o conceito de *lumpen* e quem nele se encaixa segundo Karl Marx, ler o capítulo V de “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”.

Os democratas admitem que o seu confronto é com uma classe privilegiada, mas pensam que eles é que constituem o povo junto com todo o entorno restante da nação, que eles representam o direito do povo, que o seu interesse é o interesse do povo (MARX, 2011, p. 67).

Paradoxalmente, há algo em comum nas duas visões antagônicas, separadas por ideologias e projetos políticos opostos, sobre o que é o MST. Na sua própria visão, o movimento é uma continuação das lutas do passado, sendo seus militantes herdeiros dessas lutas, pois o elo entre elas é o território nacional, como podemos perceber pela fala de João Pedro Stédile no site do MST:

Mas seria injusto dizer que começamos ali [Cascavel, Paraná, 1984]. A semente para o surgimento do MST talvez já estivesse lançada quando os primeiros indígenas levantaram-se contra a mercantilização e apropriação pelos invasores portugueses do que era comum e coletivo: a terra, bem da natureza. Como imaginar o Movimento Sem Terra hoje, sem o exemplo de Sepé Tiarajú e da comunidade Guarani em defesa de sua terra sem Males. Ou da resistência coletiva dos quilombos ou de Canudos? Da indignação organizada de Contestado? Como imaginar nosso movimento sem o aprendizado e a experiência das Ligas Camponesas ou do Movimento de Agricultores Sem Terra - Master. Por tudo isso, nos sentimos herdeiros e continuadores de suas lutas (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2009).

Assim, o MST é identificado com o Brasil, nasce com o país e é anacronicamente referente a todo o seu território contemporâneo, mesmo antes de suas limitações geográficas, tais como conhecemos hoje, serem definidas. Trata-se de uma identidade espacial que não conhece as vicissitudes do tempo. Toda a sua renovação é vista como atualizações necessárias, adaptações e desdobramentos de uma luta secular, travada entre indígenas e portugueses, entre escravocratas e quilombolas. Leonardo Boff escreve em seu *site* algo que corrobora esse viés: “Vocês resgatam uma das mais ancestrais convicções da Humanidade: a Terra é um bem comum” (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2014).

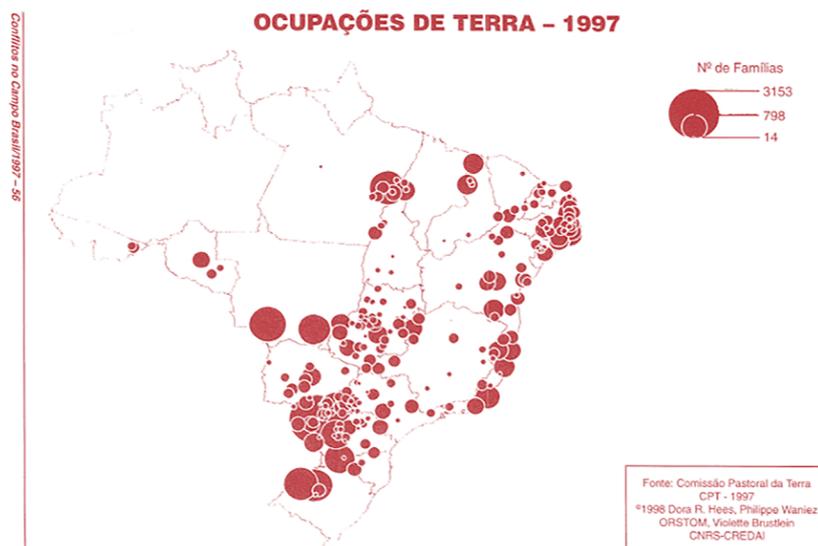
Nas edições da *Veja*, tidas como exemplo da grande mídia nacional e conservadora, também há essa identificação. Ao tentar desqualificar o movimento como campo válido de luta pela terra, a revista o associa a crimes, lembrando que recursos públicos passam pelo MST e, assim, mesmo que não tenha “invasões” ou “vandalismo” em todas as regiões ou cidades, cada brasileiro financia sem escolha essas supostas “ilegalidades”: “Ao ocupar um ministério, invadir uma fazenda, patrocinar um confronto com a polícia, o MST o faz com dinheiro de impostos pagos pelos brasileiros [...]” (GOVERNO..., 2009, p. 65). No recorte estudado, referente aos governos anteriores ao do Partido dos Trabalhadores (2003), essa relação entre custo do erário brasileiro pago por todos vai no sentido dos “prejuízos” causados mediante ocupações e problemas ocasionados na produção agrícola derivados da quebra de equipamentos ou interrupção do cultivo do latifúndio, por exemplo. Ou seja, se, em 2009, a lógica era de que o governo federal gastava dinheiro dos brasileiros com “crimes”, antes, sem tanta “culpa” do governo federal, esse mesmo “movimento criminoso” causava o mesmo prejuízo estendido a todos os brasileiros e ao governo brasileiro,

que deveriam ambos combater o movimento, cortando apoio e repreendendo com força policial, respectivamente. A questão do “problema nacional” sobreviveu na grande mídia, incorporando entre os culpados o governo federal a partir de 2003, mas que não será analisado profundamente neste estudo, justamente por se tratar de outra fase para o MST.

Assim, qualquer pessoa dentro do território nacional, segundo o olhar da revista, deveria revoltar-se contra o MST. O movimento prejudica todo o país, todos os cidadãos do território nacional, mesmo moradores de uma cidade ou estado onde nunca houve qualquer ação do movimento. É uma forma de legitimar também uma intolerância nacional, sem foco nas ações, mas no movimento como componente indesejado da política nacional, também como representante de uma classe indesejada que infesta o país, mesmo aqueles que não fazem parte do MST. Acabar com o MST seria uma espécie de eugenia política nacional e, acima de tudo, uma ação necessária. Não há uma divergência do caráter nacional do MST porque o conflito não está na identidade, mas na classe social na qual essa identidade se ancora.

Nas publicações do próprio movimento, mais precisamente da Comissão Pastoral da Terra, há o fator nacional. Desde os anos 1980, anualmente, é publicada a revista *Conflitos no Campo Brasil*. Trata-se de um material que traz uma série de tabelas, gráficos, porcentagens e dados diversos sobre as ocupações de terra e os conflitos no país, organizados por estados, gravidade de conflito, número mortes etc. O nome evidencia a ideia de nação, de que a questão agrária está intrinsecamente relacionada com o território nacional e com o país, de formas diversas. Os dados de conflitos algumas vezes são sobrepostos no mapa do Brasil, formando uma espécie de gráfico ou ideograma sempre com caráter nacional. Com isso, mesmo as regiões ou os estados que não constam dos dados analisados, como conflitos ou ocupações, por exemplo, entram no conjunto, são inseridos no espaço de análise, como podemos observar na Figura 1, a seguir.

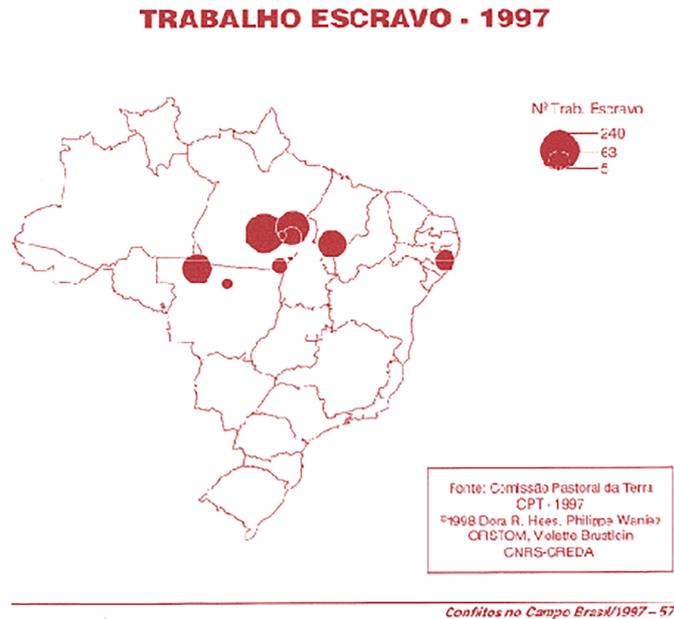
Figura 1 – Mapa das ocupações de terra (1997)



Fonte: *Conflitos no Campo Brasil* 97 (1998, p. 56).

Mesmo quando o dado analisado não tem uma distribuição considerável pelo território, por vezes, o uso do mapa permanece; ou seja, mais do que o lado pragmático da visualização dos dados apresentados, está a noção que eles *estão* no Brasil, ainda que em uma pequena parte dele:

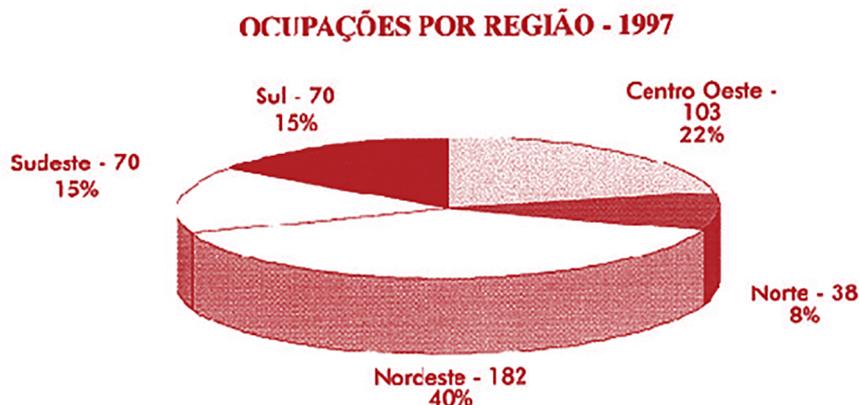
Figura 2 – Dados do trabalho escravo



Fonte: *Conflitos no Campo Brasil 97* (1998, p. 57).

Outra forma é o gráfico em formato de pizza, que pode incluir cidades e estados em regiões e, mesmo observando os diversos graus do elemento em questão, termina justamente pela adoção do corte espacial região, que é muito extenso para abarcar todo o território nacional. O gráfico da Figura 3, a seguir, expõe as diferenças regionais, mas sobretudo aglutina as regiões, imaginando-as como um todo.

Figura 3 – Gráfico com as ocupações por região



Fonte: *Conflitos no Campo Brasil 97* (1998, p. 11).

A construção de identidade do MST como projeto nacional transpassa as diferentes ideologias e é absorvida por elas, com a mesma intensidade, mas em sentidos contrários. Enquanto o próprio movimento trabalha a questão como fator legitimador das lutas sociais, construtores de um Brasil mais igualitário, a grande imprensa e outros setores conservadores, representados neste trabalho pela revista *Veja*, percebem o movimento como destruidor da ordem nacional estabelecida, mostrando-os como “criminosos” que se alimentam do dinheiro oriundo de impostos da população brasileira. Os debates em torno do MST se entrelaçam com os de uma identidade nacional, seja para dar a ela contornos de perigo, seja para mostra-la como uma utopia igualitária.

A SIMBOLOGIA DO MST

O MST tem vários símbolos representativos de suas ações e de seus objetivos. Há o hino, a bandeira, a chamada mística e diversos autores, teóricos e líderes que funcionam, também, de certa forma, como símbolos. Com eles, o movimento tenta criar uma unidade, uma noção de irmandade a partir de seus anseios. O símbolo maior, mais representativo, é a bandeira. Nela, há um casal sobreposto ao mapa do Brasil de cor verde; o homem tem o braço direito erguido segurando um facão em riste. Esse instrumento, além de utensílio de trabalho rural, pode ser visto como uma arma, lembra a luta pela terra e a guerra contra o latifúndio. A mão fechada se associa ao clássico símbolo do punho erguido dos movimentos de esquerda, o que é reforçado pela bandeira vermelha, a cor do socialismo. O homem usa chapéu típico de quem trabalha no campo.

Já o mapa do Brasil verde, cor do campo, das plantações, enfatiza a nacionalidade do movimento e seu caráter rural. Não há espaço para outra cor, pois o MST deve promover igualmente a distribuição de terra por todo o território do Brasil, formando, em sua

utopia, uma unidade igualitária. É o espaço *Brasil* que está em jogo, que deve ser ocupado, que deve desenvolver novas relações sociais que não mais favoreçam uma elite, e, sim, a maioria dos trabalhadores, representados pelos trabalhadores do campo, representados, enfim, pelo MST. É a unidade espacial associada à unidade temporal das lutas indígenas por terra no período colonial, dos negros dos quilombolas e dos miseráveis desempregados na formação dos grandes centros urbanos.

O mapa do Brasil está constantemente presente no MST, seja nas bandeiras, seja nas representações dos dados em suas publicações, como já vimos. O mapa tem uma função política, adquire novos sentidos por diferentes atores sociais e esses sentidos estão sempre em disputa, fazem parte da luta de classes (bem como de outros conflitos de ordem diferente). Assim, o mapa tem uma analogia com a identidade e a classe social, com a formação dessa identidade, e, principalmente, com a afirmação dela como coerente e unitária.

A referência à nação também é bastante presente no *Hino do Movimento dos Sem-Terra*, no qual das quatro estrofes, três contêm a palavra “pátria”. A pátria é, sob os contornos da utopia do movimento, o espaço identificado com a liberdade conquistada pelos trabalhadores após a vitória sobre os opressores. A pátria é o espaço onde a utopia se concretiza em um futuro que se quer próximo. Essa proximidade é construída pela militância, através das ocupações, que é justamente a diferença entre a utopia do MST e a do cristianismo. Uma das formas encontradas pelas alas mais conservadoras da Igreja Católica de se contrapor aos próprios movimentos agrários católicos foi a criação de pastorais da terra de caráter conservador, as chamadas Frentes Agrárias Católicas. Assim, o MST tem uma utopia que precisa e quer ser construída, ser construída com urgência, em um tempo breve identificado como “amanhã”, como sugere o “Hino do Movimento dos Sem-Terra”, escrito por Ademar Bogo e posteriormente musicado por Willy Correia de Oliveira:

Vem, teçamos a nossa liberdade
braços fortes que rasgam o chão
sob a sombra de nossa valentia
desfraldemos a nossa rebeldia
e plantemos nesta terra como irmãos!

Braço erguido ditemos nossa história
Sufocando com força os opressores
Hasteemos a bandeira colorida
Despertemos esta pátria adormecida
O amanhã pertence a nós trabalhadores!

Vem, lutemos
Punho erguido
Nossa Força nos leva a edificar
Nossa Pátria
Livre e forte
Construída pelo poder popular

Nossa Força regatada pela chama
De esperança no triunfo que virá
Forjaremos desta luta com certeza
Pátria livre, operária camponesa
Nossa estrela enfim triunfará!

Na primeira estrofe, a única que não contém a palavra “pátria”, o pronome predominante é o “nós”, sujeito oculto para “plantemos” e “desfraldemos”. Esse pronome remete a um coletivo formado por “irmãos” que plantam “nesta terra”, a seguir, no texto, identificado não apenas como um território físico mas também como a pátria. É o território

nacional que orienta o MST para suas lutas, esperanças e também para suas críticas. Se esse território é o de um futuro melhor, também o é de um presente violento e repleto de latifúndios, como podemos perceber na charge utilizada pelo movimento⁸.

A representação da nação ocorre igualmente com a bandeira nacional, por um lado, símbolo de patriotismo, esperança e, por outro, de um Estado-nação desigual, latifundiário e elitista⁹. A negação desse Brasil é um outro Brasil, identificado com a mesma bandeira e o mesmo território, mas com elementos *humanos* distintos, expostos com ênfase pelo MST. São eles as imagens de trabalhadores no campo com as bandeiras do movimento (com seu símbolo já analisado); o mapa do Brasil contendo alguma família camponesa; minorias identificadas simbólica e historicamente com a formação do povo brasileiro e/ou com a luta por direitos¹⁰.

Assim, percebemos que as ideias, inclusive as de identidades nacionais, não podem ser analisadas fora das relações concretas. Como observaram Karl Marx e Friedrich Engels (1996, p. 36), “A produção de ideias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real”.

⁸ Imagem disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/agenda/ato-em-defesa-da-paz-justica-e-seguranca-de-todos-os-trabalhadores-do-campo-e-da-cidade/16815>

⁹ Imagem disponível em: <http://mazelasdojudiciario.blogspot.com/2011/12/enfraquecimento-do-judiciario.html>

¹⁰ Como exemplo, destacamos um cartaz disponível em: <https://viacampesina.org/es/brasil-juventud-sin-tierra-se-organiza-en-la-lucha-para-permanecer-en-el-campo/>

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 jan. 2022.
- CHEMELLO, D. J. H. **Apresentação**. 1998. p. 5. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=252&catid=41&m=0>. Acesso em: 23 ago. 2023.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Leonardo Boff: A luta pela terra é uma luta por vida. **CPT**. 2014. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/15-noticias/artigos/1896-leonardo-boff-a-luta-pela-terra-e-uma-luta-por-vida>. Acesso em: 24 ago. 2023.
- CONFLITOS no campo Brasil 98. Comissão Pastoral da Terra, Goiânia, 1999. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=252&catid=41&m=0>. Acesso em: 23 ago. 2023.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. **Relatório do I.P.N. do IV Exército**: Histórico de Francisco Julião Arruda de Paula, 1964. p. 47.
- GOVERNO paga ações criminosas do MST. **Veja**, 28 ago. 2009. Disponível em: https://veja.abril.com.br/brasil/governo-paga-acoes-criminosas-do-mst#google_vignetteVeja. Acesso em: 23 ago. 2023.
- HEGEL, Friedrich. **Introdução à história da filosofia**. São Paulo: Rideel, 2005.
- HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1870**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- KONDER, Bruno. **A ação política do MST**. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/8f4fyVTD4DftydPngLdLPvP/>. Acesso em: 2 ago. 2023.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Nossa história. **MST**, 7 jul. 2009. Disponível em: <https://mst.org.br/2009/07/07/nossa-historia/>. Acesso em: 24 ago. 2023.

SILVA, José Graziano. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

VEJA. São Paulo: Editora Abril, ano 31, ed. 1.549, 3 jun. 1998.

VEJA. São Paulo: Editora Abril, ano 33, ed. 1.648, 10 maio 2000.